

## O comportamento do emprego urbano regular e regulamentado no período recente no Brasil: considerações gerais

Marcio Pochmann<sup>1</sup>

A partir dos anos noventa, o comportamento dos empregos urbanos regulares e regulamentados tem passado por alterações substanciais no Brasil. Após significativa redução no nível de emprego durante a profunda recessão nos dois primeiros anos de 1990, com forte abertura comercial, não se observou a recuperação ampliada dos postos de trabalho perdidos, apesar do retorno de taxas positivas de elevação do nível de atividade desde o final de 1992 e da estabilização monetária desde o segundo semestre de 1994. De tal modo que o país chega a apresentar no ano de 1996 o total empregos regulares e regulamentados não muito diferente do verificado no início de 1993.

Mas tudo isso, contudo, não parece ser consensual entre os analistas. Há diferentes interpretações sobre o comportamento do emprego urbano regular e regulamentado no período recente, conforme pretende-se apresentar a seguir. Para isso, na primeira do presente trabalho realiza-se uma breve descrição dos principais indicadores sobre o desempenho do emprego urbano regular e regulamentado no país. Na segunda parte apresenta-se os elementos básicos do debate teórico sobre o comportamento geral do emprego.

### I. Mudanças recentes no comportamento do emprego urbano regular e regulamentado

Desde o início da década de 1980, com a permanência de um estágio de estagnação no nível de atividade, acompanhada de elevada instabilidade monetária e oscilação econômica, o país passou a apresentar uma trajetória desfavorável ao comportamento geral do emprego urbano regular e regulamentado. Com as profundas transformações econômicas introduzidas na década de 1990, a situação do emprego urbano tornou-se ainda mais delicada. Aparentemente, poderiam existir alguns traços paralelos com a realidade recente do mercado de trabalho nos países capitalistas avançados<sup>2</sup>.

No Brasil, todavia, a atual precarização do mercado de trabalho tem ocorrido na vigência de um quadro de ausência de crescimento econômico sustentado. Nos países desenvolvidos, há toda uma literatura especializada que informa a respeito da nova fase de expansão do capitalismo nestas últimas duas décadas do século XX. Diferentemente dos anos de ouro (1945/73), atualmente as economias de mercado registram baixo crescimento com pequena geração de empregos, implicando em aumento das desigualdades e em novas formas de exclusão social<sup>3</sup>.

Não existe ainda consenso sobre a conformação de uma nova fase de crescimento econômico sustentado na economia brasileira. Observa-se, contudo, que a recente ocupação da capacidade instalada do parque produtivo nacional tem ocorrido sem a expansão significativa dos empregos urbanos regulares e regulamentados, apenas com

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia (IE), pesquisador e diretor-adjunto do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

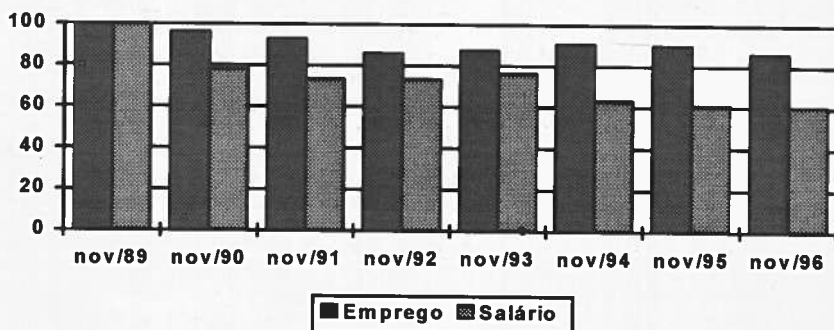
<sup>2</sup> Tem sido difundido no país avaliações sobre a *globalização* do desemprego, dado que ele atinge vários países. Todavia, essa forma de interpretar os problemas do emprego no mundo pode simplificar as razões desta situação. Tanto para os países capitalistas avançados quanto para os países ex-socialistas, o desemprego representa uma questão recente, já que, em geral, conviveram, por motivos diferentes, com quase pleno emprego por longo período de tempo. Algumas economias asiáticas, entre elas o Japão e a Coreia, registram atualmente taxas relativamente baixas de desemprego. Apesar de grandes diferenças, somente os países do terceiro mundo se mantêm historicamente com problemas de emprego sérios, crônicos e permanentes.

<sup>3</sup> Sobre a literatura referente à nova forma de crescimento do capitalismo ver: MATTOSO, 1995; POCHMANN, 1995b.

aumentos expressivos nas formas de ocupação sem registro, subcontratação, temporária, conta própria, entre outros.

Depois de ter perdido cerca de dois milhões de postos de trabalho formais em todo o país (no Estado de São Paulo, o setor industrial diminuiu quase 25% dos empregos) durante a recessão de 1990/92, a recuperação da economia brasileira vem se dando sem o registro positivo de forte repercussão sobre o nível do emprego regular. Ao contrário do que se poderia esperar, o aumento verificado na produção não tem resultado na alteração substancial da evolução nos salários e nos empregos.

Gráfico 1: São Paulo: Índices de evolução dos níveis de emprego assalariado com registro e do rendimento médio real (Novembro de 1989 = 100,0)



Fonte: DIEESE/SEADE

O gráfico anterior permite observar que até 1996, apesar da recuperação do nível de produção, o salário médio real caiu substancialmente, enquanto o emprego ainda não havia recuperado o nível de 1989 para o caso da região da Grande São Paulo.

O fato de a economia brasileira estar crescendo sem a expansão significativa de novos empregos urbanos regulares e regulamentados pode estar relacionado a pelo menos dois motivos principais. O primeiro diz respeito a forma com que foram eliminados os postos de trabalho durante a recessão de 1990/92. E o segundo motivo está associado à forma com que o país voltou a apresentar taxas positivas de crescimento do produto a partir de 1993.

## II.1 O período recessivo de 1990/92

A natureza do grave processo recessivo, combinado com a abertura abrupta da economia, sem acompanhamento de políticas industrial ativa, comercial defensiva e social compensatória, trouxe impactos não desprezíveis para o comportamento do emprego urbano regular e regulamentar. Durante o período 1990/92, a equipe econômica do Governo Collor não apenas adotou o receituário recessivo (redução do nível de demanda interna através da diminuição do gasto público, da elevação real dos juros, do corte nos créditos bancários e da redução dos salários). Diversas medidas foram implementadas tendo em vista o objetivo de abrir financeira e comercialmente a economia nacional.

Abruptamente foram eliminados os regimes especiais de importação, substituídas as barreiras não-tarifárias por tarifárias, simplificados procedimentos burocráticos nas licenças de importação e reduzidas as tarifas alfandegárias. Paralelamente, as medidas recessivas e o processo de abertura da economia foram

realizadas por conta de ações concretas no sentido da desregulação da economia, da privatização do setor estatal, da flexibilização do mercado de financeiro e de transferência de tecnologia.

Diante da redução da demanda interna e, por consequência, da produção, as empresas, sobretudo as de maior porte, buscaram reestruturar algumas de suas atividades. O movimento de desverticalização produtiva evidencia, por exemplo, a racionalização do processo produtivo, a concentração em produtos específicos e competitivos, a compactação dos processos e a terceirização de diversas atividades internas e a mudança no *mix* de produção, com ampliação do grau de desnacionalização. Tudo isso teve forte repercussão sobre o nível de emprego urbano regular e regulamentado.

De maneira distinta do que ocorreu durante a recessão de 1981/83, assistiu-se nos anos 1990/92 o movimento de queda da produção, acompanhado da redução do grau de proteção do parque produtivo nacional. No início dos anos oitenta, a redução do nível da demanda agregada se deu conjuntamente com o fechamento da economia nacional (forte redução nas importações). Pode-se acrescentar que um processo de substituição de importações foi estabelecido e levado ao limite na economia nacional, comprometendo a qualidade e competitividade do parque produtivo nacional, tendo em vista as exigências do Balanço de Pagamentos.

Naquela época, a preocupação do Governo Figueiredo em atender aos compromissos estabelecidos com o Fundo Monetário Internacional levou ao esforço de geração de elevados saldos na balança comercial. Destaca-se que, inicialmente, os saldos comerciais foram promovidos muito mais pela redução nas importações do que pelo aumento nas exportações. De todo o modo, prevaleceu o menor grau de exposição da economia brasileira ao mercado internacional.

Frente à queda nos níveis de demanda e da produção, as empresas procuraram orientar o processo de ajuste nas esferas financeira e patrimonial. Dessa forma, nos primeiros anos da década de oitenta, as empresas privadas, em geral, reduziram o grau de endividamento e elevaram seus lucros, principalmente através das aplicações financeiras.

Sem a preocupação com a geração de elevados superávites comerciais, as medidas recessivas implementadas nos anos 1990/92 ampliaram o grau de exposição externa de parte do setor produtivo. Tanto quanto nos anos 1981/83, o salário e o emprego transformaram-se em componentes importantes do ajuste de preços e de produção. Além da redução nos postos de trabalho no chão da fábrica, assistiu-se à eliminação dos empregos de chamada classe média, com o enxugamento nos níveis hierárquicos, terceirização e desaparecimento de ocupações administrativas de supervisão e gerência.

Tabela 01 - Brasil: Variação média anual de indicadores econômicos selecionados

Itens	1981/83	1990/92
PIB total	- 2,1%	- 1,6%
Emprego	- 1,2	- 3,3%
Produto Industrial	- 4,8%	- 4,6%
Exportação	1,7%	- 1,4%
Importação	- 5,4%	4,3%
PIB per capita	- 4,2%	- 3,1%
Salário Mínimo	0,2%	- 9,1%
Produtividade	2,4%	5,7%

Fonte: FIBGE, DIEESE, FGV, *In*: Pochmann, 1995a

O salário e o emprego sofreram, de maneira geral, fortes prejuízos. A política de arrocho, que provocou a desindexação salarial em 1990 e indexação parcial em 1991/92, bem como os movimentos de terceirização de parte dos custos do trabalho trouxeram fortes ajustes no mercado de trabalho nacional<sup>4</sup>.

A tabela anterior permite observar o comportamento dos principais indicadores econômicos entre os anos 1981/83 e 1990/92. De maneira geral, o maior peso do ajuste econômico se concentrou sobre os níveis de emprego e salário durante o período 1990/92.

## II.2

### O período de crescimento 1993/96

O segundo motivo que pode ser utilizado para buscar explicar o crescimento econômico recente sem a geração de emprego urbano regular e regulamentado diz respeito à forma pela qual a economia brasileira voltou a crescer a partir de 1993. O aumento médio anual do Produto Interno Bruto estimado em 4,3% no período de 1993/96 reflete a taxa de crescimento dos empregos regulares e regulamentados em todo o país de apenas 0,1%.

Tabela 02 - Brasil: Variação média anual de indicadores econômicos selecionados nos períodos 1984/86 e 1993/96

Itens	1984/86	1993/96
Inflação (IGP - DI)	193,1%	483,5%
Câmbio Real	1,5%	6,7%
PIB total	6,9%	4,3%
Produto Industrial	8,7%	4,1%
Investimento	0,1%	3,9%
Exportação	4,5%	5,1%
Importação	-3,6%	17,9%

Fonte: FIBGE, BACEN, *In*: Pochmann, 1995\*

Nos anos 1984/86, o crescimento médio anual do PIB de 6,9% implicou em taxa de expansão do emprego regular de 3,1%. Nos anos noventa, a diminuição na elasticidade emprego-produto, em diversos setores de atividade econômica, expressa a forma diferenciada com que o Brasil voltou a crescer desde 1993.

A tabela anterior apresenta indicadores econômicos selecionados que permitem comparar o comportamento da economia durante os anos de crescimento nos períodos 1984/86 e 1993/96.

Os dados sobre o crescimento recente da produção nacional indicam que ela tem ocorrido em um ambiente de maior inflação do que o período 1984/86 (elevada incerteza sobre as decisões empresariais)<sup>5</sup>, de abertura da economia para o exterior (saldos comerciais decrescentes, com aumento das importações), de valorização da moeda nacional, de cortes nos gastos operacionais do setor público (diminuição do déficit público) e de privatização. Em relação aos anos 1984/86, as taxas de crescimento econômico eram mais altas, a inflação menor, o gasto público maior e não houve redução nos níveis de proteção da parque produtivo nacional (importações decrescentes).

Além disso, durante os anos 1984/86 assistiu-se ainda a maturação de vários investimentos públicos iniciados ainda na segunda metade dos anos setenta (II

<sup>4</sup> Sobre os ajustes no mercado de trabalho durante a última recessão ver: DIEESE, 1993; SEADE, 1993.

<sup>5</sup> Desde julho de 1994, como êxito do Plano Real, verifica-se baixa taxa de inflação.

PND), com impactos importantes sobre o nível de emprego regional ou nacional. Nos anos noventa, não há registro ainda de programas de grandes investimentos, salvo os de racionalização em alguns setores privados e em segmentos específicos.

O setor público tem perdido capacidade de investimento, sem ter sido substituído decisivamente pelo setor privado. Mesmo as empresas estatais que foram privatizadas, observam-se muito mais esforços voltados para a racionalização produtiva e a terceirização da mão-de-obra do que reforços expressivos em suas capacidades produtivas.

Associado ao movimento de abertura comercial e à crescente ampliação do grau de exposição externa do mercado, constatou-se a instabilidade crescente das empresas, a subcontratação de parte da produção por grandes estabelecimentos e a importação de componentes anteriormente produzidos internamente. Em função disso, empregos e salários apresentaram comportamentos distintos.

Tabela 03 - Brasil: Variação média anual de indicadores selecionados nos períodos 1984/86 e 1993/96

Itens	1984/86	1993/96
Emprego Formal (variação média anual - Brasil)	3,1%	0,1%
Desemprego (% da PEA em S. Paulo)	10,7%	14,2%
Produtividade (variação média anual - Brasil)	3,2%	7,6%
Salário Real (variação média em S. Paulo)	12,9%	- 4,8%
Salário Mínimo (variação média anual - Brasil)	-7,5%	-5,3%

Fonte: FIBGE, DIEESE, MTb, In: Pochmann 1995\*

A elevação da produtividade foi acompanhada pela menor geração de empregos formais e manutenção de elevadas taxas de desemprego nos anos 1993/96, ao contrário dos anos 1984/86. A tabela a seguir, ao selecionar indicadores relativos ao comportamento do mercado de trabalho possibilita comparar as diferentes performances dos empregos assalariados, do desemprego, da produtividade, do salário real, entre outros, nos anos 1984/86 e 1993/96.

## II. O debate teórico sobre as transformações no comportamento do emprego urbano no Brasil

Na literatura econômica em geral, o debate sobre a variável emprego não tem-se mostrado consensual. No Brasil, os estudos a respeito do comportamento do emprego também são marcados por concepções teóricas muito distintas e que implicam, constantemente, em avaliações divergentes, quando não contraditórias.

Pode-se destacar, por exemplo, que desde a ruptura com o Estado liberal, ainda no início dos anos trinta no país, o tema sobre o emprego e o papel das instituições no mercado de trabalho registrou grande evidência, sendo alvo de ampla discussão no Brasil. Por um lado, insurgiram-se naquela oportunidade, autores preocupados com a necessidade de regulamentação do mercado de trabalho urbano, com o objetivo de impor a disciplina laboral e a paz social, bem como constituir o Estatuto do Trabalho no país (Oliveira Vianna, 1951; Gomes, 1988). Por outro lado, argumentos contrários a qualquer tipo de intervenção no mercado foram utilizados pelos autores que acreditavam que o livre funcionamento das forças de mercado levaria automaticamente ao pleno emprego (Gudin, 1950; Ferreira, 1937).

Durante o ciclo de industrialização nacional (1933-1980) ocorreram significativas transformações econômicas e sociais que possibilitaram a criação média anual estimada em 725 mil empregos assalariados, sendo a maior parte destes incorporada ao Estatuto do Trabalho, com registro em carteira de trabalho entre 1940 e 1980

(DIEESE, 1994). As análises sobre o mercado de trabalho ao longo do período de industrialização se dividiram, em geral, em dois enfoques principais.

O primeiro enfoque encontra-se nos estudos sobre a dualidade no mercado de trabalho brasileiro, que destacam a existência paralela e combinada de um setor moderno, com elevada produtividade, empregos formais estáveis e de altos salários, e de um setor atrasado, com baixa produtividade, ocupações informais instáveis e de remunerações deprimidas. Nessa situação, a presença de políticas de emprego e renda tenderia a fortalecer ainda mais a dualidade do mercado de trabalho, quando não o processo inflacionário ou a quebra das empresas (Gudin, 1954; Simonsen, 1963).

O segundo enfoque destaca as medidas de estímulo à industrialização e à constituição do Estatuto do Trabalho como necessárias para evitar o maior rebaixamento do padrão de vida das classes trabalhadoras, que ocorreria devido a oferta abundante de mão-de-obra e a heterogeneidade estrutural na base produtiva (Rangel, 1981; Tavares, 1981; Baltar, 1985). A implementação de políticas específicas para o enfrentamento do problema do desemprego poderia contribuir para a estruturação do mercado de trabalho, reduzindo as desigualdades sociais e de rendimento e tornando menos desfavorável possível à classe trabalhadora o funcionamento do mercado de trabalho.

## II.1 As interpretações recentes sobre o problema do emprego no Brasil

As interpretações recentes sobre a problemática do emprego no Brasil passaram por importantes alterações. Com a interrupção do ciclo de industrialização nacional, a partir dos anos oitenta, os estudos apresentam, em geral, pelo menos três diferentes visões.

A primeira refere-se ao problema do desemprego como decorrência das baixas taxas de crescimento da economia. O retorno ao desenvolvimento econômico sustentado tenderia a gerar muitos empregos e possibilitaria, por um lado, a melhor solução dos principais problemas do mercado de trabalho brasileiro (Delfim Netto, 1984, 1996; Campos, 1995). Por outro lado, a implementação de medidas favoráveis a maior flexibilização do mercado de trabalho tornaria ainda mais elevada a oferta de novos empregos (Pastore, 1994).

Essa visão tradicional parte do pressuposto de que as forças de mercado são capazes de resolver o problemas do desemprego, porém os dados da realidade no Brasil são suficientes para demonstrar a inconsistência dessas interpretações. Historicamente, o crescimento econômico *per si* se mostrou insuficiente para gerar empregos para todos, assim como, por conta da dependência exclusiva das forças de mercado, não criou condições adequadas para o enfrentamento dos problemas do emprego.

A segunda visão está associada ao entendimento que não há propriamente problema de desemprego no Brasil. Por possuir um mercado de trabalho flexível, o país seria capaz de gerar muitas ocupações, conforme, inclusive, estariam atestando as séries estatísticas de desemprego produzidas pela Fundação IBGE. Para estas interpretações, os problemas do mercado de trabalho não estariam centrados na quantidade, mas na qualidade das ocupações geradas de baixa produtividade e rendimento, que exigem, por sua vez, ações voltadas para melhorar a situação dos empregos existentes (Amadeo *et alii*, 1994; Urani, 1995).

Essa avaliação que sustenta não haver problemas de emprego no Brasil parece simplificar a complexa realidade e o funcionamento do mercado nacional de trabalho. Antes de mais nada, caberia definir o que se entende por emprego, ocupação e desemprego, para se poder afirmar sobre a existência ou não de ampla geração de empregos no período recente.

Não parece também adequado acreditar que as típicas formas de sobrevivência no país possam ser entendidas como emprego, com condições e relações de trabalho regulares. Na realidade, reproduzem-se formas tradicionais de exclusão e precariedade no mercado de trabalho brasileiro, que tendem a disfarçar o fenômeno do desemprego. Dada o baixo nível dos investimentos e o reduzido crescimento econômico

com poucos empregos, tem crescido o segmento de ocupações mais precárias, com baixos salários e forte instabilidade contratual.

Por fim, a terceira visão se refere ao problema do desemprego como sendo de natureza estrutural, decorrente da formação e dos desdobramentos da economia brasileira (Baltar & Henrique, 1994; Mattoso & Pochmann, 1995; DIEESE, 1994). De um lado, o desemprego seria fruto do continuado abandono da questão do mercado de trabalho no desenho das políticas de desenvolvimento, que são conduzidas sem a realização concomitante de reformas clássicas do capitalismo moderno, como a reestruturação da propriedade fundiária, a construção do Estado de bem estar social, o estabelecimento de um sistema democrático de relações de trabalho, entre outras.

De outro lado, a dimensão estrutural do desemprego no Brasil estaria associada também ao abandono do projeto de industrialização, à crise dos anos oitenta e ao processo abrupto de abertura comercial e de reestruturação empresarial em curso nos anos noventa. O crescimento das ocupações por conta própria, de assalariados sem carteira e das taxas de desemprego revela o perfil e a dimensão do desemprego, recolocando constantemente a necessidade de implementação de um conjunto de medidas voltadas para a geração de emprego e renda no Brasil.

A ausência da retomada dos investimentos sustentados implica em dificuldades adicionais para a recuperação da capacidade de geração de empregos. Os investimentos que são realizados - relativamente inferiores aos da década de setenta, principalmente se mensurados como percentual do PIB -, concentram-se no setor privado e encontram-se associados ao movimento de racionalização da produção e agilização do setor administrativo, à aquisição de ações patrimoniais e à obtenção de *pacotes* de inovações tecnológicas sem ampliação substancial da base produtiva. Entretanto, são as inovações gerenciais da produção e na gestão da mão-de-obra e a mudança no *mix* de produção, com expansão dos componentes importados que impõem maiores impactos negativos no comportamento do emprego.

Gráfico 02: Índices de emprego formal, do Produto Interno Bruto por habitante e da Formação Bruta de Capital Fixo

Fonte: Bacen; FIBGE e MTb  
Elaboração do autor

Neste contexto, as dificuldades para a fixação do trabalhador no campo, a compressão do gasto público e a ausência de um compromisso de defesa da produção e do emprego nacionais tornam o problema do desemprego no Brasil um fenômeno de complexa resolução (Pochmann, 1995; Baltar *et alii*, 1996). Não poderiam ser, portanto, meras alterações no funcionamento do mercado de trabalho e de elevação da qualificação profissionais que, embora necessárias, pouco efeito positivo poderiam trazer para a geração de trabalho para todos.

### III. Considerações Finais

Conforme a as páginas anteriores procuraram indicar, não se pode observar a existência de um consenso sobre as interpretações a respeito das tendências recentes do comportamento do emprego urbano regular e regulamentado no Brasil. As análises são de maneira geral divergentes, principalmente quando se trata de avaliar a capacidade de a economia recuperar o nível de emprego registrado no final dos anos 1980.

Para alguns autores<sup>6</sup>, as medidas direcionadas para a abertura da economia e para a recessão, junto com o Código de Defesa do Consumidor e com o Programa Brasileiro Qualidade e Produtividade, estariam demarcando o processo de reestruturação produtiva desde 1990. O baixo patamar dos investimentos, muito mais do que indicar as

<sup>6</sup> A discussão sobre reestruturação e emprego em 1990/92, ver: AMADEO & VILLELA, 1994; CONSIDERA & SILVA, 1994.

mudanças na tecnologia produtiva, revelaria a natureza das alterações nas técnicas de produção e de organização do trabalho.

A continuidade do crescimento econômico, com significativas taxas de produtividade, permitiria verificar seus efeitos diretos e positivos sobre o nível de emprego. Assim, não haveria uma contraposição entre o aumento da produtividade e a elevação do nível de emprego, sendo a recuperação dos postos de trabalho perdidos durante a recessão de 1990/92 uma questão de tempo<sup>7</sup>.

Outros autores<sup>8</sup>, no entanto, não possuem a mesma visão otimista sobre a capacidade de plena recuperação dos empregos perdidos na recessão de 1990/92 simplesmente através do crescimento econômico. Isso porque, a modernização econômica, apesar de restrita e localizada, tenderia a provocar maior concentração econômica e heterogeneidade setorial. Por consequência, o nível de exclusão social tenderia a ser ainda mais elevado.

As transformações organizacionais e produtivas, por ocorrerem de forma concentrada em alguns setores e empresas mais expostos à concorrência externa, refletiriam o baixo nível do investimento e, por consequência, a fraca capacidade de generalizar a retomada sustentada da economia. Assim, o aumento da produção no período de 1993/96 não estaria permitindo plenamente a recuperação dos empregos regulares perdidos na última recessão (1990/92), apenas ampliando as ocupações precárias, muitas delas sem registro ou por conta própria.

Em função disto, a precarização do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e a difusão de ocupações não regulamentadas, estaria diretamente associada ao ambiente econômico nacional e à política macroeconômica de forte ajuste nos níveis de emprego e rendimento assalariado. O rompimento do padrão histórico de expansão do mercado de trabalho durante a industrialização não é recente, tendo já o seu início desde a crise dos anos oitenta<sup>10</sup>.

Atualmente, portanto, o emprego dependeria de medidas extra mercado e não apenas e tão somente do crescimento econômico, conforme no passado, quando foram altas as taxas de expansão do emprego assalariado com carteira de trabalho. Diante disso, as posições pró-mercado e anti-instituições encontram-se, mais do que nunca, aquém dos desafios do emprego e dos salários no Brasil.

As profundas alterações no comportamento do emprego urbano regular e regulamentado, associadas ao choque recessivo do início dos anos 1990 e à reorientação da economia nacional promovida pelo Plano Real, revelam um situação atual muito distinta da verificada nos últimos cinquenta anos. Em função disso, não apenas o melhor entendimento possível sobre o que está ocorrendo com o emprego urbano regular e regulamentado se faz necessário, como também torna-se fundamental a definição acerca da implementação de um conjunto de medidas direcionadas a geração de emprego e renda no país.

## Bibliografia de referência

AMADEO, E. & VILLELA, A. (1994). *Crescimento da Produtividade e geração de empregos*. In: Revista do BNDES, vol. 1, núm. 1. Rio de Janeiro: BNDES. jun.

<sup>7</sup> Sobre a capacidade da economia recuperar os empregos perdidos ver: RODRIGUES, 1994; AMADEO & VILLELA, 1994.

<sup>8</sup> Sobre as novas características de funcionamento do mercado de trabalho ver: BALTAR *et alii*, 1993; BALTAR & HANRIQUE, 1994; DEDDECA & BRANDÃO, 1993;

<sup>9</sup> DEDECCA & MONTAGNER, 1993, SEADE, 1994.

<sup>10</sup> Sobre as modificações estruturais do mercado de trabalho ver: CACCIAMALI, 1993; DIEESE, 1994a; BARBOSA DE OLIVEIRA *et alii*, 1994.



- AMADEO, E. *et alii* (1994). *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. In: IPEA *Instituições trabalhistas e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro*, Rio de Janeiro, IPEA, agosto.
- BALTAR, P. & BARBOSA DE OLIVEIRA, C. (1994). *Recessão e desemprego na Grande São Paulo (1990/92)*, Relatório de Pesquisa. Campinas: IE/Unicamp, mimeo.
- BALTAR, P. (1985) *Salário e preços: esboço de uma abordagem teórica*. Campinas: IE/UNICAMP (tese de doutoramento).
- BALTAR, P. *et alii*, (1996) *Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil*. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. & MATTOSO, J. (orgs.) *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta.
- BALTAR, P. HENRIQUE, W. (1994) *Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil*, In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. *et alii* (orgs.) *Mundo do Trabalho*. São Paulo: Scritta.
- BRANDÃO, S. & DEDECCA, C. (1993) *Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho*. In: DESEP. *Crise brasileira: anos oitenta e o governo Collor*. São Paulo: INCA.
- CACCIAMALI, M. (1993). *Assalariamento ilegal no mercado de trabalho urbano da Grande São Paulo: características e evolução (1985/92)*. São Paulo: USP, mimeo.
- CAMPOS, R. (1995) *A grande praga*. In: Folha de S. Paulo, São Paulo, 1/10/95.
- CONSIDERA, C. & SÍLVIA, A. (1994) *Crescimento, Emprego, Produtividade e Distribuição de Renda*. In: IPEA. *Brasil no fim do século*. Rio de Janeiro: IPEA.
- DEDECCA, C. & MONTAGNER, P. (1993) *Flexibilidade Produtiva e das relações de trabalho: considerações sobre o caso brasileiro*. Texto para Discussão, núm. 2. Campinas: IE/UNICAMP,
- DELFIN NETTO, A. (1984) *Mudanças estruturais da economia no governo Figueiredo*. Brasília: Spr.
- DELFIN NETTO, A. (1996) *O desemprego neo-social*. Brasília. (mimeo)
- DIEESE (1993). *Os trabalhadores frente a terceirização*, In: Pesquisa DIEESE, n. 7, São Paulo, DIEESE.
- DIEESE (1994). *O desemprego e as políticas de emprego e renda*, In: Pesquisa DIEESE, núm. 10. São Paulo: DIEESE.
- FERREIRA, W. (1937) *Parecer sobre as emendas apresentadas ao projeto de lei que regula a Justiça do Trabalho*. In: Diário do Poder Legislativo. Rio de Janeiro, 9/6
- GOMES, A. (1988) *Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/TUPERJ.
- GUDIN, E. (1950) *A rendição da guarda*. In: Digesto Econômico. Rio de Janeiro, Junho.
- GUDIN, E. (1954) *Salário Mínimo*. In: Digesto Econômico. Rio de Janeiro, agosto
- MATTOSO, J. (1996) *Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios*. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. & MATTOSO, J. (orgs.) *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta.
- MATTOSO, J. (1995) *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta.
- MATTOSO, J. POCHMANN, M. (1995) *Globalização, concorrência e trabalho*. In: Cadernos CESIT, núm. 17. Campinas: IE/CESIT.
- OLIVEIRA VIANNA, F. (1951) *Direito do trabalho e democracia social*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- PASTORE, J. (1994) *Flexibilização do mercado de trabalho e contratação coletiva*. São Paulo: Ltr Editora.
- POCHMANN, M. (1995a) *O trabalho em questão: considerações gerais sobre o período recente no Brasil*, In: Indicadores FEE, vol. 23 (1), Porto Alegre, FEE.
- POCHMANN, M. (1995b) *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*, São Paulo, Ltr
- RANGEL, I. (1981) *A inflação brasileira*, São Paulo, Brasiliense.

- RODRIGUES, M. (1994) *Mercado de Trabalho: começo da recuperação* In: Conjuntura Econômica, vol. 48, núm. 10. Rio de Janeiro: IBRE, jul.
- SEADE (1993) *O mercado de trabalho da Grande São Paulo em 1993*, In: Pesquisa de Emprego e Desemprego - Grande São Paulo, núm. 110. São Paulo: Fundação SEADE.
- SIMONSEN, M. (1963) *Salários, dualismo e desemprego estrutural*. RBE, ano 8, núm. 4. Rio de Janeiro.
- TAVARES, M. (1981) *Problemas de industrialización avanzada en capitalismos tardios y periféricos*. Economía de América Latina, núm. 6, Mexico, CIDE.
- URANI, A. (1995) *Tendências recentes da evolução da ocupação no Brasil*. In: FERNANDES, R. (org.) O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo: LTr.